

Desafiando os limites da história social: gênero, interseccionalidade e mundos do trabalho na América Latina

Ludmila Scheinkman

Universidade de Buenos Aires
Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas da Argentina
Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Ingrid Ladeira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

* Professora e doutora em História (Universidade de Buenos Aires, UBA). Investigadora assistente do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas da Argentina (CONICET) no Instituto de Investigações de Estudos de Gênero (IIEGE) da UBA e é professora de História Argentina no curso de História da Faculdade de Filosofia e Letras da mesma universidade. Entre as suas publicações destaca-se o livro *La fábrica de chocolate. Trabajo, género y edad en la industria del dulce, Buenos Aires 1900-1943* (EUEM, 2021), que recebeu o prêmio de 2019 para a melhor tese de doutoramento da Asociación Argentina para la Investigación en Historia de las Mujeres y Estudios de Género (AAIHMEG). O seu tema de investigação está relacionado com a experiência laboral, familiar, política e sindicalização de mulheres, jovens e crianças em Buenos Aires, entre o final do século XIX e o início do século XX. E-mail: ludmila.scheinkman@bue.edu.ar

 <https://orcid.org/0000-0002-0897-8914>

 <http://lattes.cnpq.br/0737859062421769>

** Pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora-bolsista Qualitec no Laboratório de Pesquisa e Práticas de Ensino em História (LPPE). Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Mestra em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: ingridsladeira@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-6789-7893>

 <http://lattes.cnpq.br/1963395815285597>

A história das mulheres conta com uma longa trajetória na América Latina, e seus diálogos com a história social e a história do trabalho remontam às primeiras etapas de seu desenvolvimento como campo historiográfico. Longe de constituírem âmbitos separados, a preocupação com as experiências históricas das mulheres articulou-se desde cedo com questões acerca do trabalho, das relações de classe, das formas de exploração e das dinâmicas de organização e protesto.

A incorporação, a partir das últimas décadas do século XX, da perspectiva de gênero aos estudos sobre o trabalho na América Latina tampouco constituiu um mero acréscimo temático a uma historiografia previamente consolidada (Lobato, 2008; Andújar, 2017; Scheinkman, 2019; Popinigis, Schettini, 2024). Ao contrário, contribuiu para interrogar algumas das categorias e pressupostos sobre os quais haviam sido construídas as interpretações acerca dos mundos do trabalho. Em particular, os estudos de gênero e a história das mulheres colocaram em questão a figura do “trabalhador” como sujeito universal, historicamente construída em torno de experiências predominantemente masculinas, urbanas e assalariadas. Ao situar as mulheres no centro da análise, essas abordagens não apenas permitiram incorporar sujeitos e experiências que haviam permanecido às margens da historiografia, como também revisar as próprias definições de trabalho, produção, exploração, organização e conflito.

Esse deslocamento teve consequências importantes. Se as abordagens clássicas da história do trabalho privilegiaram durante muito tempo o emprego assalariado, as fábricas, os sindicatos, os partidos e as formas institucionalizadas de mobilização, as interpelações trazidas pela história das mulheres e pelos feminismos tornaram visíveis outras atividades, relações e espaços. O trabalho doméstico e reprodutivo, as tarefas de cuidado, as atividades informais, os saberes transmitidos entre mulheres, os trabalhos realizados no interior dos domicílios e diversas ocupações historicamente situadas nas fronteiras do reconhecimento laboral passaram a integrar mais decisivamente as perguntas formuladas por historiadoras e historiadores.

Nesse sentido, a categoria de gênero não serve apenas para identificar desigualdades entre homens e mulheres em espaços laborais previamente definidos. Ela permite perguntar como certos trabalhos foram historicamente classificados como masculinos ou femininos, produtivos ou improdutivos, qualificados ou

desqualificados, remunerados ou gratuitos, públicos ou privados. Permite também perceber que essas classificações tiveram consequências materiais, definindo salários, direitos, formas de profissionalização, possibilidades de circulação e acesso a posições de autoridade, assim como interferiram na determinação de quais experiências seriam reconhecidas como parte da história do trabalho.

As relações laborais não podem, portanto, ser compreendidas de maneira isolada das relações sociais que as sustentam e reproduzem. As hierarquias presentes em oficinas, fábricas, campos, ruas e demais espaços de trabalho mantêm vínculos estreitos com as relações familiares, com as tarefas de reprodução e cuidado e com diferentes formas de regulação social dos corpos e das condutas. O mercado de trabalho está longe de constituir um espaço neutro: encontra-se atravessado por relações de poder e por diferenças de gênero, classe, raça, etnia, geração e origem.

Na América Latina, essa inflexão dialogou de maneira particularmente produtiva com as tradições da história social e do materialismo histórico, como sugerem algumas compilações pioneiras (Barrancos, 1993; Godoy, Hutchison, Roseblatt, Zárate, 1995; French, James, 1997). Conforme assinalou Heidi Tinsman (2008) ao analisar a recepção de Joan Scott no Cone Sul, a incorporação da categoria de gênero não significou necessariamente uma ruptura com essas tradições historiográficas. Em muitos casos, ofereceu novas ferramentas heurísticas para aprofundar problemas que já estavam no centro de suas preocupações. Mais do que deslocar as questões relativas às relações de classe e à exploração, pensar o gênero como relação de poder tornou possível complexificá-las, afastando-se de explicações assentadas em diferenças sexuais concebidas como naturais ou biológicas e atentando para seu caráter histórico e relacional (Scott, 1999).

Tal problema assume características particulares quando consideramos diferentes tradições historiográficas nacionais. Em termos gerais, a historiografia brasileira atribuiu um lugar fundamental à escravidão, ao pós-abolição e às dimensões raciais na análise da formação das classes e dos mercados de trabalho (Chalhoub, Teixeira da Silva, 2009; Popinigis, Terra, 2019). Na Argentina, por sua vez, boa parte das interpretações sobre a classe trabalhadora foi construída em torno das experiências migratórias, das identidades políticas e das estruturas de classe vinculadas a uma sociedade profundamente marcada pela imigração (Suriano, 2009). Longe de

configurar uma oposição rígida entre tradições nacionais, essas diferentes ênfases permitem identificar problemas, aproximações e lacunas que podem ser produtivamente colocados em diálogo.

Foi a partir dessas inquietações que concebemos o dossiê "A história das mulheres e os estudos de gênero nos mundos do trabalho (América Latina, séculos XIX e XX)". A proposta buscou reunir investigações capazes tanto de renovar temas tradicionais da história do trabalho quanto de incorporar novos objetos e problemas: as desigualdades de gênero e suas interseções com outras relações sociais; o questionamento das fronteiras entre aquilo que é ou não reconhecido como trabalho; as conexões e circulações entre diferentes espaços; experiências organizacionais para além das instituições clássicas; formas variadas de participação e protesto; e trajetórias que articulam trabalho, vida cotidiana e militância.

A expressiva resposta à chamada, com 91 trabalhos submetidos, pode ser entendida como um indicador do vigor alcançado por essas temáticas e impôs um processo particularmente rigoroso de seleção quanto à pertinência temática, ao período e à abordagem. Ao mesmo tempo, é necessário explicitar a geografia acadêmica situada da composição final do dossiê. A concentração das contribuições no Brasil e na Argentina relaciona-se ao próprio âmbito de circulação da *Revista Maracanan*, às redes acadêmicas mobilizadas por suas coordenadoras e à consolidação institucional dos estudos de história social, história das mulheres e gênero nesses dois países. Não pretendemos, portanto, apresentar um panorama exaustivo da produção latino-americana, mas colocar em diálogo pesquisas provenientes principalmente desses espaços e, a partir delas, contribuir para uma conversa regional mais ampla.

Nessa perspectiva, a interseccionalidade aparece menos como uma categoria homogênea a ser aplicada indistintamente a todos os trabalhos do que como um ponto de encontro entre problemas diversos. As contribuições permitem observar, em diferentes temporalidades, como relações de gênero se articularam a desigualdades de classe, hierarquias raciais e étnicas, condições jurídicas, experiências migratórias e diferenças geracionais. Essas articulações não representam apenas uma soma de desigualdades, mas produzem configurações históricas específicas dos sujeitos, dos espaços e das relações laborais. Ao mesmo tempo, convidam a problematizar as fronteiras entre produção e reprodução, trabalho remunerado e não remunerado,

espaços domésticos e espaços laborais, assim como entre formas reconhecidas e não reconhecidas de trabalho.

É justamente a historicidade desses processos de reconhecimento que ocupa o centro de “Quando o trabalho tem gênero: mulheres, silêncio e invisibilidade na história latino-americana (séculos XIX–XX)”, de Kátia Bizan. Em diálogo com a história social do trabalho, os estudos de gênero e a antropossemiótica, a autora propõe compreender o trabalho como uma construção histórica e simbólica submetida a regimes de reconhecimento que definem seu valor, legitimidade e inscrição na memória. A invisibilidade das mulheres, nessa perspectiva, não decorreria de sua ausência das atividades produtivas e reprodutivas, mas de processos históricos que delimitaram aquilo que poderia ser reconhecido e narrado como trabalho legítimo.

Ao relacionar esses processos ao patriarcado, à colonialidade, à racialização e à divisão sexual do trabalho, Bizan chama atenção para o fato de que o apagamento não se distribuiu de maneira homogênea. Mulheres negras, indígenas, mestiças e pobres foram atingidas por formas específicas de invisibilização, precisamente porque os critérios que conferiam valor ao trabalho também eram atravessados por relações raciais e coloniais. Seu artigo acrescenta ainda a reflexão sobre o silêncio como operador da memória e como mecanismo de produção de sentidos, convidando-nos a analisar não apenas quem ficou ausente das narrativas tradicionais, mas os processos sociais e historiográficos por meio dos quais determinadas presenças foram transformadas em aparentes ausências.

A partir dessas questões, os artigos podem ser colocados em diálogo em três grandes eixos temáticos, que não devem ser compreendidos como compartimentos rígidos, já que muitos dos trabalhos atravessam simultaneamente mais de um deles.

O primeiro eixo desloca as fronteiras daquilo que tradicionalmente reconhecemos como trabalho, incorporando saberes, reprodução, cuidado, trabalho realizado no espaço doméstico, processos de profissionalização e atividades que durante muito tempo permaneceram fora dos limites mais convencionais da história social do trabalho. Tal ampliação exige abandonar a ideia de que esses trabalhos decorreriam naturalmente de qualidades femininas, afetivas ou domésticas e considerá-los práticas socialmente construídas, submetidas a disputas, regulações, apropriações, hierarquizações e processos de reconhecimento profissional.

Em “Com a vida e a morte em suas mãos: o processo contra Seraphina e a atuação das parteiras no Rio de Janeiro oitocentista”, Karina Aparecida de Lourdes Ferreira examina as tentativas de cerceamento do trabalho das parteiras no século XIX. A partir do processo criminal instaurado contra Seraphina Rufina da Conceição, a autora acompanha uma ofensiva médica que incidiu simultaneamente sobre os saberes femininos, as práticas de assistência ao parto e as redes de sociabilidade que sustentavam essa atividade. A disputa pela profissionalização e pelo reconhecimento da medicina acadêmica, predominantemente masculina, envolveu relações de gênero, classe e raça e buscou restringir conhecimentos empíricos historicamente colocados em circulação por mulheres. As parteiras emergem, assim, não somente como figuras ligadas à reprodução, mas como trabalhadoras inseridas em redes comunitárias de confiança e solidariedade.

Problema próximo aparece no artigo de Gezenildo Jacinto da Silva, “Mulheres, trabalho e a indústria doceira: a contribuição das doceiras populares para a economia de Pesqueira – PE e sua apropriação pelo empresariado local (1890–1926)”. Recuperando as trajetórias de Deolinda Maria de Jesus e suas três filhas, o autor evidencia a participação das doceiras populares na constituição da economia regional baseada na produção doméstica de goiabadas e acompanha o posterior processo de apropriação desses conhecimentos pelo empresariado local. A análise interseccional permite perceber como a condição de mulheres, pobres e mestiças incidiu tanto sobre suas possibilidades de inserção econômica quanto sobre seu apagamento nas narrativas produzidas a respeito da indústria doceira pernambucana.

A discussão sobre aquilo que pode ou não ser reconhecido como trabalho adquire outra densidade em “Yalorixás e a produção da vida: os limites históricos do que conta como trabalho”, de Gracilene Paiva Araujo e Lêda Gonçalves de Freitas. A partir de uma pesquisa de história oral com Yalorixás de terreiros de Candomblé no Distrito Federal, as autoras articulam colonialidade, raça e gênero para questionar a centralidade do trabalho assalariado como medida privilegiada da experiência laboral. O terreiro é analisado como um sistema histórico de organização comunitária e produção da vida, cuja formação se relaciona aos processos de exclusão racial que marcaram o pós-abolição brasileiro. Ao compreender o tornar-se Yalorixá como um processo político, comunitário e de produção de existência, o artigo desafia as

fronteiras entre trabalho, saber, cuidado e vida coletiva e evidencia racionalidades negras e femininas historicamente invisibilizadas pelas categorias convencionais da história do trabalho.

Também no século XIX, mas em um contexto de crise extrema, Kercia Andressa Vitoriano Gonçalves e Francisco Gleison da Costa Monteiro, em “Entre o cuidado e a sobrevivência: mulheres, gênero e estratégias de sobrevivência durante a seca de 1877–1879 no Piauí”, analisam requerimentos e petições encaminhados às Comissões de Socorros Públicos em Teresina. Mães, viúvas e mulheres temporariamente separadas de seus maridos pelas migrações provocadas pela seca mobilizaram linguagens de gênero, maternidade e pobreza para reivindicar auxílio. Ao tratar o cuidado e a reprodução social como dimensões centrais da manutenção da vida, o artigo evidencia tanto os mecanismos de controle de um sistema assistencial atravessado pelo patriarcado quanto às estratégias cotidianas por meio das quais mulheres pobres negociaram recursos, sustentaram suas famílias e enfrentaram a crise.

A ampliação das fronteiras do laboral permite, igualmente, interrogar as relações entre produção, reprodução e regulação dos corpos. Em “Corpo-território, trabalho e gênero: o corpo materno extensivo da casa durante a Ditadura”, Gilmária Salviano Ramos analisa a Paraíba das décadas de 1960 e 1970, investigando as relações entre trabalho doméstico, maternidade, planejamento familiar, contracepção e controle social. A casa deixa de aparecer como um espaço estritamente privado para revelar-se território político no qual discursos médicos, jornalísticos e estatais buscaram disciplinar os corpos de mulheres, particularmente pobres, negras, pardas e migrantes.

A relação entre gênero, cuidado e profissionalização aparece também em “As visitadoras sanitárias e a interiorização da saúde pública na Amazônia paraense nos anos 1940”, de Edivando da Silva Costa. No contexto da Segunda Guerra Mundial e da retomada da produção de borracha, o autor acompanha a seleção, formação e atuação das visitadoras do Serviço Especial de Saúde Pública em Santarém. Embora o recrutamento e as atribuições dessas agentes fossem organizados a partir de concepções fortemente generificadas sobre cuidado, higiene e aptidões femininas, a experiência abriu às mulheres um novo campo profissional e lhes permitiu adquirir

conhecimentos teóricos e práticos na área da saúde. O artigo mostra, assim, como a expansão de políticas públicas para o interior amazônico produziu simultaneamente novas oportunidades de trabalho e formas específicas de enquadramento das mulheres em funções socialmente associadas ao feminino.

Por outro caminho documental, Alina dos Santos Nunes e Pâmela Dias Mendes Viana Ferreira, em “Do chão de fábrica ao canavial: representações do trabalho reprodutivo das mulheres no documentário brasileiro (1978–1986)”, analisam *Trabalhadoras Metalúrgicas e Mulheres no Canavial*, documentários realizados por mulheres que registraram experiências laborais urbanas e rurais. As obras evidenciam que a jornada das trabalhadoras não terminava com a saída da fábrica ou do canavial. O cuidado, a limpeza, a alimentação e a manutenção cotidiana da vida continuavam recaindo majoritariamente sobre elas, tornando visível a articulação entre trabalho remunerado e trabalho reprodutivo e os limites das respostas institucionais e sindicais às desigualdades de gênero.

As fronteiras entre casa e fábrica são examinadas de maneira particularmente concreta por Tatiane Bartmann em “Gênero e Precariedade na Justiça do Trabalho: Experiências das Tarefeiras em Porto Alegre (1943–1946)”. A partir de processos da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento, a autora analisa mulheres remuneradas por tarefa, muitas delas responsáveis por etapas da produção realizadas no próprio domicílio. A articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo, a instabilidade salarial e a informalidade permitiam aos empregadores transferir riscos da produção e, em diversos casos, desqualificar o labor feminino como mera “ajuda doméstica”. Ao recorrerem à Justiça do Trabalho e mobilizarem o salário-mínimo como instrumento de reconhecimento do vínculo empregatício, essas trabalhadoras tensionaram as fronteiras entre emprego e não emprego, casa e fábrica, formalidade e informalidade.

Em “Quem cuida da casa? Perfis sociais e experiências de trabalhadoras domésticas no sudoeste baiano a partir de arquivos judiciais (1974–1989)”, Luzia Beatriz Ramos Alves e Márcia Santos Lemos deslocam o foco da historiografia para Vitória da Conquista e examinam o trabalho doméstico remunerado em meio à expansão desigual dos direitos trabalhistas. Os processos da Junta de Conciliação e Julgamento revelam jornadas extensas, baixos salários, vínculos precários e a persistência de relações paternalistas condensadas na ideia de que a trabalhadora

seria “quase da família”. Articulando História Social do Trabalho e Teoria da Reprodução Social, as autoras mostram como a reprodução cotidiana de famílias empregadoras dependeu da desvalorização do trabalho feminino e racializado. Ao mesmo tempo, recuperam a agência de domésticas que acionaram a via judicial para reivindicar direitos e reconhecimento durante os anos finais da ditadura e a transição democrática.

A profissionalização feminina em espaços historicamente hierarquizados é o problema central de Lucía Lumann em “Entre las aulas: las grabadoras y sus posibilidades profesionales en las escuelas de bellas artes porteñas a mediados de siglo XX”. A autora acompanha as trajetórias de Clara Carrié, Ana María Moncalvo e Eloísa Graciana Morás, formadas no sistema oficial de ensino artístico de Buenos Aires, para investigar suas possibilidades de inserção como docentes. A crescente feminização da matrícula em gravura não se traduziu em participação proporcional das egressas nos postos de maior hierarquia nem nos espaços de direção. Ao articular trajetórias individuais, mecanismos burocráticos e estratégias de negociação, o artigo permite perceber como as relações de gênero estruturaram não apenas o acesso à formação artística, mas também as condições de reconhecimento das artistas como trabalhadoras e profissionais da educação.

Um segundo eixo articula gênero, raça, classe, migração e território, buscando compreender como diferentes relações de poder produziram condições desiguais de inserção, permanência, remuneração, exploração e reconhecimento nos mundos do trabalho.

As experiências de mulheres negras no século XIX constituem um terreno privilegiado para perceber essas articulações. Em “‘Africanas de pequena fortuna’: libertas, trabalho e patrimônio”, Jamile de Brito Palafoz investiga a inserção de mulheres africanas libertas na economia urbana de Salvador. A partir de autos de arrecadação produzidos após a morte de mulheres que não deixaram testamentos, a autora recupera fragmentos de trajetórias que revelam a construção de pequenos patrimônios por meio do trabalho. Essas fontes possibilitam visualizar mulheres simultaneamente marcadas pelas condições de africanas, libertas e trabalhadoras, reinscrevendo-as na história econômica e social da cidade.

Já Daniela Magalhães da Silveira, em “Se os homens conhecessem as pessoas

de meu sexo': Polêmicas na imprensa comercial às vésperas da abolição – Rio de Janeiro, 1887", acompanha as discussões sobre a participação feminina e os ofícios considerados adequados às mulheres em jornais de grande circulação. Em um contexto atravessado pela crise final da escravidão, essas páginas revelam como os debates acerca do trabalho feminino eram inseparáveis das hierarquias raciais. Mulheres pobres, escravizadas e descendentes de escravizadas tiveram suas atividades sistematicamente invisibilizadas em meio aos discursos de uma sociedade que buscava apresentar-se como moderna.

O pós-abolição e a industrialização são também examinados por Olivia Silva Nery e Felipe Treviso Bresolin em "Trabalhadoras em Rio Grande: perspectivas de gênero e raça nos Mundos do Trabalho na cidade do Rio Grande (RS)". A partir da imprensa local, fotografias e correspondências, o artigo acompanha diferentes formas de participação feminina no universo laboral entre 1873 e 1920, tanto na esfera pública quanto na privada e em fábricas têxteis, alimentícias e de fumo. A presença expressiva de mulheres negras, submetidas a diferentes formas de violência e exploração em uma sociedade marcada pelo racismo e pelo sexismo, permite aos autores questionar imagens masculinizadas da formação da classe trabalhadora. O caso rio-grandino evidencia, assim, como gênero e raça foram constitutivos das experiências de trabalho e de organização no contexto de industrialização e pós-abolição no sul do Brasil.

As articulações entre gênero e classe atravessam também "A economia vivida na imprensa operária: salário, fome e resistência nas páginas da Tribuna do Povo (São Luís, Maranhão, 1945–1962)", de Luiz Eduardo Simões de Souza, Perla Daniele Costa Carreiro e Tércia Zaquêo de Sousa. Sob a liderança de Maria Aragão, o periódico comunista maranhense transformava salários, custo de vida, fome, trabalho infantil, gravidez e precarização da maternidade em problemas políticos. Ao deslocar a economia dos grandes indicadores para a experiência vivida pela classe trabalhadora, a *Tribuna do Povo* mostrava que exploração e reprodução social estavam profundamente articuladas e que os conflitos econômicos se estendiam à alimentação, à infância, à maternidade e ao cotidiano familiar.

No mundo rural, Bruno César Pereira e Maria Aparecida de Moraes Silva, em "À sombra do corte: trajetórias e experiências de mulheres migrantes boias-frias no

Nordeste paulista (segunda metade do século XX)”, reconstruem trajetórias de antigas trabalhadoras rurais migrantes. Suas experiências permitem interpretar a modernização agrícola a partir das mudanças produzidas na divisão sexual do trabalho. A expansão dos canaviais e a intensificação da exploração foram acompanhadas pelo progressivo afastamento das mulheres do corte da cana, processo frequentemente legitimado pelo discurso da suposta menor produtividade feminina. As memórias recuperadas pelo artigo permitem reinscrever essas trabalhadoras, e também suas formas de resistência, nas narrativas sobre o agronegócio e a modernização do campo paulista.

Em outra região marcada pela exploração de recursos naturais, Eliane Miranda Costa reconstrói, em “Da casa ao seringal: trajetória de mulheres ribeirinhas do Marajó das Florestas durante o segundo ciclo da borracha (1942–1945)”, as experiências de quatro ex-seringueiras do rio Mapuá, em Breves. Por meio da História Oral Temática, o artigo acompanha mulheres que conciliavam maternidade, trabalho doméstico, roça e atividades no seringal, compondo uma tripla jornada em condições de forte subordinação aos chamados “patrões do Mapuá”. As narrativas permitem deslocar para o centro da história da economia da borracha experiências femininas frequentemente apagadas e evidenciam, ao mesmo tempo, saberes, práticas de cuidado de si e estratégias de resistência elaboradas por mulheres ribeirinhas para viver e trabalhar na floresta amazônica.

A dimensão migratória ganha outra temporalidade e escala em “Pasado y presente de la industria de la confección en Buenos Aires: tensiones y continuidades en torno al género, la migración y el trabajo”, de Antonella Delmonte Allasia. Percorrendo mais de um século e meio da indústria de vestuário portenha, a autora articula gênero e migração para desestabilizar a naturalização da costura como atividade essencialmente feminina. A longa duração permite observar mudanças na composição da força de trabalho, a presença masculina em uma ocupação classificada como feminina, transformações nas correntes migratórias e a produção histórica de hierarquias salariais e simbólicas.

O terceiro eixo reúne trabalhos voltados às formas de agência, construção de vozes próprias, organização e participação política das trabalhadoras. Essa dimensão mostra-se fundamental para evitar que uma história centrada nas desigualdades

termine por reproduzir uma narrativa exclusivamente vitimizadora. As mulheres que aparecem neste dossiê produziram discursos, mobilizaram saberes, formularam reivindicações, construíram redes, participaram de organizações e disputaram os sentidos atribuídos ao próprio trabalho.

A imprensa constitui um dos espaços privilegiados dessa intervenção. Em “A imprensa feminina e feminista no Brasil do século XIX e suas pautas trabalhistas, sociais e políticas para mulheres”, Brena Paula Fernandez, Geanny Paula Thiesen e Roberta Westerich Koch analisam *O Espelho das Brasileiras*, *O Sexo Feminino* e *A Família*. Os periódicos evidenciam uma progressiva articulação entre educação feminina, autonomia econômica, ingresso em profissões e participação política. As mulheres que escreveram, editaram e sustentaram esses espaços impressos não foram apenas objetos dos discursos sobre trabalho e cidadania, mas agentes na elaboração de demandas e na circulação de projetos alternativos sobre o lugar feminino na sociedade.

A imprensa aparece também como espaço de trabalho intelectual e intervenção política em “Pagu editora: trabalho intelectual e projeto político em *O Homem do Povo* (1931)”, de Samara Akemi Saraiva. Ao revisitar a participação de Patrícia Galvão no periódico criado com Oswald de Andrade, a autora desloca o foco da conhecida coluna “A Mulher do Povo” para a amplitude de sua atuação editorial. Pagu participou da formulação do projeto do jornal e de sua construção discursiva e visual por meio de artigos, ilustrações, vinhetas, títulos, charges e textos assinados sob diferentes pseudônimos. Compreendido como forma concreta de trabalho intelectual, o jornalismo torna-se, no artigo, uma dimensão central da atuação política de Patrícia Galvão e de sua defesa de um projeto de emancipação feminina articulado aos ideais marxistas.

As formas de organização coletiva aparecem ainda de maneira particularmente expressiva no artigo de Gabriela Scodeller, “Definiciones y sentidos sobre el trabajo femenino en América Latina en los largos ‘60: un recorrido desde una organización sindical socialcristiana”. A autora investiga mulheres trabalhadoras e sindicalistas reunidas na Confederación Latinoamericana de Sindicalistas Cristianos (CLASC), posteriormente Central Latinoamericana de Trabajadores (CLAT), recuperando um universo pouco explorado tanto pela história sindical quanto pela história das

mulheres. Os espaços de formação e encontro permitiram que experiências cotidianas alimentassem definições sobre trabalho feminino e participação sindical, revelando simultaneamente a exploração de classe e as formas de opressão de gênero presentes no interior das próprias organizações de trabalhadores.

Em conjunto, os três eixos evidenciam uma preocupação comum: deslocar os limites tradicionais da história social do trabalho. Dos saberes das parteiras, doceiras e Yalorixás às experiências de africanas libertas e trabalhadoras negras no pós-abolição; do trabalho doméstico, domiciliar e de cuidado às atividades de visitadoras sanitárias, artistas-docentes, trabalhadoras rurais e ribeirinhas; da imprensa feminina e operária ao trabalho editorial e aos espaços sindicais e judiciais, os artigos interrogam reiteradamente os processos por meio dos quais certos sujeitos e determinadas atividades foram reconhecidos, remunerados, profissionalizados e incorporados à memória, enquanto outros permaneceram classificados como secundários, naturais, complementares ou simplesmente invisíveis.

A diversidade documental dos trabalhos reunidos, processos criminais e trabalhistas, inventários e registros patrimoniais, requerimentos e petições, periódicos femininos, comerciais e operários, fotografias, correspondências, filmes documentais, documentos sindicais e administrativos, relatórios e manuais de saúde pública, registros de instituições de ensino, entrevistas de história oral e pesquisa etnográfica, reforça outra contribuição do dossiê: a necessidade de diversificar também as fontes e os métodos utilizados para reconstruir os mundos do trabalho. Se determinadas experiências foram historicamente marginalizadas pelos arquivos e pelas formas tradicionais de registro, localizá-las exige frequentemente ler os documentos a contrapelo, acompanhar vestígios fragmentários, observar silêncios, cruzar fontes e interrogar os próprios mecanismos que produziram determinadas presenças e ausências documentais.

Mais do que encerrar essas questões, esperamos que o dossiê contribua para uma agenda de pesquisa necessariamente coletiva, regional e aberta a novos diálogos, capaz de desafiar permanentemente os limites da história social e de compreender as múltiplas formas pelas quais mulheres e homens produziram, reproduziram, organizaram e disputaram a vida nos mundos do trabalho latino-americanos.

Além dos trabalhos que integram o dossiê temático, este número da *Revista*

Maracanan reúne três artigos recebidos em fluxo contínuo, que ampliam o horizonte temático da edição ao abordar diferentes temporalidades e problemas historiográficos. Em “Entre imposições e negociações: A Bahia no Século XVII sob as Lentes do Antigo Sistema Colonial e do Antigo Regime nos Trópicos”, Wesley Salles analisa a Bahia na segunda metade do século XVII, com atenção às relações entre a Coroa portuguesa e as elites coloniais, à manutenção militar e fiscal da capitania e às tensões entre imposição e negociação na administração colonial, colocando em diálogo as interpretações do Antigo Sistema Colonial e do Antigo Regime nos Trópicos. Já Matheus Mendonça Azevedo, em “O porvir de Gaia: perspectivas, tensões e limites sobre o significado do ‘Antropoceno’ na História do Tempo Presente”, discute os impactos do debate sobre o Antropoceno na historiografia contemporânea, problematizando temporalidades, agenciamentos e impasses metodológicos e defendendo as possibilidades de intervenção da História do Tempo Presente diante dos desafios teóricos e políticos colocados pela crise ambiental. Por fim, em “A configuração de um império a partir da estruturação social de escravização do trabalho”, Alan Souza examina as relações econômicas entre Portugal, Brasil e África a partir da segunda metade do século XVIII, destacando a centralidade do trabalho escravizado e do tráfico atlântico na sustentação do Império português e discutindo as consequências dessa estrutura de dependência para a economia metropolitana e colonial.

A entrevista “Repensar os mundos do trabalho: historiografia, gênero e história com Cristiana Schettini”, realizada pelas organizadoras do dossiê, oferece uma reflexão particularmente afinada com os problemas que atravessam este dossiê. A partir de sua trajetória como historiadora social dedicada aos estudos de gênero, migração, trabalho sexual e histórias conectadas na América do Sul, Schettini discute os diálogos entre história social, história das mulheres e perspectiva de gênero, recuperando debates historiográficos que marcaram sua formação e sua produção intelectual. Ao longo da conversa, problematiza a articulação entre gênero, classe e racialidade, as contribuições dos feminismos para a ampliação da própria noção de trabalho e as particularidades das trajetórias historiográficas brasileira e argentina. A entrevista chama atenção, sobretudo, para a capacidade da perspectiva de gênero de não apenas tornar visíveis sujeitos anteriormente marginalizados, mas de transformar

as perguntas feitas ao passado, desnaturalizando categorias e formas de exploração que muitas vezes sequer foram reconhecidas como pertencentes aos mundos do trabalho.

O número se completa com a resenha da professora Camila Borges do livro *Las trabajadoras de las ropas. Coser, lavar y disputar derechos en la ciudad de Buenos Aires, 1848-1870*, de Gabriela Mitidieri, publicado em 2025 que reconstrói o universo de costureiras, lavadeiras, modistas, alfaiates e aprendizes na Buenos Aires oitocentista. A análise ressalta a contribuição do livro para a história social do trabalho, das mulheres e da indumentária ao recuperar trajetórias, redes familiares e de ajuda mútua, relações de gênero, raça e imigração e os processos de formação e disputa de direitos no mercado de roupas da cidade. A resenha destaca ainda a riqueza documental e metodológica da pesquisa de Mitidieri, fundada no cruzamento de censos, jornais, processos comerciais, registros policiais, expedientes governamentais e outras fontes, bem como sua atenção às escalas reduzidas e às experiências cotidianas dos trabalhadores e trabalhadoras. Ao evidenciar também circulações de pessoas, mercadorias e experiências entre Buenos Aires, Rio de Janeiro, Montevideu e outros espaços sul-americanos, a obra reforça um dos diálogos centrais deste dossiê: a possibilidade de pensar os mundos do trabalho a partir de uma história social atenta às relações de gênero e às conexões entre Brasil e Argentina.

Por fim, agradecemos a cada autora e autor que submeteu suas investigações ao dossiê e que, com suas contribuições, tornou possível a construção deste número. Estendemos nosso agradecimento às pareceristas e aos pareceristas que participaram do processo de avaliação, pela leitura atenta, criteriosa e generosa dos trabalhos. Agradecemos, de maneira especial, às editoras da *Revista Maracanan* responsáveis por esse número, Angela Roberti e Alexandra Tedesco, pelo acompanhamento cuidadoso, pelo diálogo constante e pelo apoio ao longo de todo o processo editorial, bem como à bolsista Aurea Beatrice, cuja colaboração foi fundamental para a organização e a preparação deste número. Esperamos que o conjunto de artigos, a entrevista e a resenha aqui reunidos estimulem novas questões, interlocuções e pesquisas sobre a história das mulheres, os estudos de gênero e os mundos do trabalho na América Latina. Desejamos a todas e todos uma excelente leitura.

Referências

- ANDÚJAR, Andrea. Historia social del trabajo y género en la Argentina del siglo XX: balance y perspectivas. *Revista Electrónica de Fuentes y Archivos, Córdoba*, n. 8, p. 43–59, 2017.
- BARRANCOS, Dora. *Historia y género*. Buenos Aires: CEAL, 1993.
- CHALHOUB, Sidney; TEIXEIRA DA SILVA, Fernando. Sujeitos no lodo: a pesquisa histórica sobre a classe trabalhadora no Brasil". In: BATALHA, Claudio. (Org.). *O operariado brasileiro: novos enfoques*. Campinas: Unicamp, 2009.
- FRENCH, John, JAMES, Daniel (orgs). *The Gendered Worlds of Latin American Women Workers: From Household and Factory to the Union Hall and Ballot Box*. Duke University Press, 1997.
- GODOY, Lorena; HUTCHISON, Elizabeth; ROSEMBLATT, Karin, ZÁRATE, María Soledad. *Disciplina y desacato*. Construcción de identidad en Chile, siglos XIX y XX, Santiago: SUR: CEDEM, 1995.
- LOBATO, Mirta Zaida. Trabajo, cultura y poder: dilemas historiográficos y estudios de género en Argentina. In: LOBATO, Mirta Zaida (org.). *Historias con mujeres: mujeres con historia*. Buenos Aires: APIM-IIEGE, FFyL, UBA, 2008. p. 17-45.
- POPINIGIS, Fabiane; SCHETTINI, Cristiana. História Social do Trabalho e perspectiva de gênero no Brasil. *Almanack*, Guarulhos, n. 38, ef00624, 2024.
- POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a História Social do Trabalho no Brasil (2001-2016). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 307-328, 2019.
- SCHEINKMAN, Ludmila. 2019. De la historia política a los estudios de género: la historiografía sobre el mundo del trabajo de la primera mitad del siglo XX en Buenos Aires. *Trabajo y Sociedad*, Santiago del Estero, n. 33, p. 323–47, 2019.
- SCOTT, Joan W. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: STIMPSON, Catherine R.; NAVARRO, Marysa. *Sexualidad, género y roles sexuales*. Buenos Aires: FCE, 1999 [1986], p. 37-76.
- SURIANO, Juan. ¿Cuál es hoy la historia de los trabajadores en la Argentina?. *Mundos do Trabalho, Florianópolis*, n. 1, vol. 1, p. 27–50, 2009.
- TINSMAN, Heidi. A Paradigm of Our Own: Joan Scott in Latin American History. *The American Historical Review*, v. 113, n. 5, p. 1357–74, 2008. <https://doi.org/10.1086/ahr.113.5.1357>.